

2009



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA**

Seleção de Estágio Curso de Direito

Prova Objetiva

LEIA COM ATENÇÃO:

- ✓ A duração das provas objetiva e subjetiva será de 5 (cinco) horas;
- ✓ Cada questão vale 0,20 (vinte centésimos) de ponto;
- ✓ O Cartão de Respostas é único, não podendo ser substituído;
- ✓ Para cada enunciado deverá ser marcada apenas uma das alternativas disponíveis;
- ✓ Não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta à legislação, livros, ou qualquer texto impresso ou manuscrito, nem a utilização de aparelhos celulares, agendas eletrônicas ou qualquer dispositivo eletrônico de comunicação de dados, som ou sinais eletromagnéticos;
- ✓ Não serão admitidas no cartão de resposta da prova objetiva qualquer rasura, aplicação de corretivo ortográfico ou utilização de borracha ou similar;
- ✓ Deverão ser devolvidos ao fiscal de sala o cartão de resposta e os cadernos de questões das provas objetiva e subjetiva;
- ✓ O candidato deverá, ainda, atender às demais condições dispostas no Edital de Seleção.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

CANDIDATO:

N. DE INSCRIÇÃO:

Direito Administrativo

1. Sobre os princípios da administração pública, marque a alternativa correta:

- a) de acordo com o princípio da legalidade, é permitido à administração pública fazer tudo aquilo que não lhe é vedado por lei.
- b) segundo o princípio da impessoalidade, a administração pública pode decidir os destinatários dos atos administrativos segundo sua conveniência e oportunidade.
- c) no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da moralidade se confunde com o princípio da legalidade.
- d) a previsão do *habeas data* e do direito de certidão na Constituição Federal são manifestações do princípio da publicidade.

2. Acerca da administração pública direta e indireta, marque a alternativa INCORRETA:

- a) os órgãos da administração direta, sem personalidade jurídica própria, são exemplos de desconcentração administrativa.
- b) empresas públicas e sociedades de economia mista integram a administração pública indireta, mas as primeiras são pessoas jurídicas de direito público, enquanto as segundas, de direito privado.
- c) as agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público, são entes integrantes da administração pública indireta.
- d) as autarquias, pessoas jurídicas de direito público, são entes resultantes da descentralização administrativa.

3. Constitui manifestação do poder de polícia da administração:

- a) a imposição de multa a empresa contratada pela administração pública para realização de obras de pavimentação, por atraso na conclusão do serviço.
- b) a prisão em flagrante de indivíduo que comete crime ambiental.
- c) a suspensão de licença de funcionamento conferida a restaurante, em virtude de violação das normas da vigilância sanitária.
- d) a aplicação de pena de demissão a servidor público em razão de ausência injustificada ao serviço por mais de 30 dias.

4. Para viabilizar a aplicação de lei recentemente editada, a qual instituiu gratificação em favor dos servidores públicos federais, o Presidente da República editou decreto regulamentar. Pode-se dizer que o motivo desse ato administrativo foi:

- a) permitir a aplicação da lei.
- b) o pagamento da gratificação.
- c) a edição da lei que instituiu gratificação.
- d) conferir vigência à lei.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

5. A respeito das licitações e dos contratos administrativos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) o pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns.
- b) a dispensa de licitação ocorre quando, embora exista chance de competição, a lei torna facultativa a realização do procedimento licitatório antes da contratação.
- c) a *exceptio non adimpleti contractus* pode ser oposta pelo contratado contra a administração pública em algumas situações, embora não com a mesma amplitude que nos contratos regulados pelo Direito Civil.
- d) o caso fortuito e a força maior ensejam a revisão do contrato administrativo, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

6. São acumuláveis os seguintes cargos ou empregos, desde que haja compatibilidade de horário:

- a) técnico judiciário da Justiça Eleitoral e médico perito do INSS.
- b) auxiliar administrativo da FUNASA e técnico judiciário da Justiça Eleitoral.
- c) agente da Polícia Rodoviária Federal e agente da Policial Civil do Estado da Paraíba.
- d) odontólogo do Hospital Universitário da UFPB e odontólogo da Justiça Federal.

7. Ao atravessar rodovia federal a pé, Maria José foi atropelada por ônibus de concessionária de serviço de transporte público interestadual – concessão mantida pela União –, acidente causado pelo excesso de velocidade do veículo. Nesse caso, é correto dizer que:

- a) Maria José só poderá ajuizar ação de reparação de danos em face da União, pois o acidente ocorreu em via pública federal.
- b) Maria José deverá ajuizar ação de reparação de danos em face da empresa concessionária e não precisará provar dolo ou culpa na conduta do motorista.
- c) como Maria José não era passageira do ônibus, ou seja, não era usuária do serviço de transporte, deverá provar dolo ou culpa na conduta do motorista.
- d) caso Maria José ajuíze a ação contra a União, deverá provar dolo ou culpa na conduta do motorista, pois a responsabilidade na hipótese é subsidiária.

8. Sobre controle da administração e improbidade administrativa, marque a alternativa correta:

- a) o controle do ato administrativo pode ser exercido pela própria administração pública, mas, exceto se constatada má-fé, essa prerrogativa deve ser exercida no prazo de cinco anos, se do ato decorrer efeito favorável para o administrado.
- b) os atos praticados pelo Tribunal de Contas não se encontram sujeitos a reexame pelo Poder Judiciário, já que o ordenamento jurídico brasileiro adota o sistema da unicidade de jurisdição.
- c) a pretensão de punir o agente que pratica ato de improbidade administrativa prescreve no prazo fixado por lei, assim como a de ressarcimento do dano patrimonial decorrente do mesmo ato.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

d) as penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa não podem ser impostas cumulativamente, cabendo ao juiz escolher aquela que se mostre mais adequada ao caso concreto.

Direito Tributário

9. Sobre as imunidades tributárias, é correto dizer que:

- a) a imunidade recíproca estende-se às autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público, mas abrange apenas o patrimônio, renda e serviços vinculados às finalidades essenciais desses entes ou às delas decorrentes.
- b) a imunidade recíproca veda a cobrança de taxas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.
- c) a imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão é de natureza subjetiva, abrangendo as editoras, os autores e as empresas jornalísticas.
- d) partidos políticos e suas fundações estão imunes à cobrança de contribuições sociais, taxas e contribuições de melhoria, mas não de impostos.

10. O princípio da anterioridade de exercício financeiro, segundo o qual a cobrança do tributo não pode ser feita no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou, não se aplica ao seguinte tributo:

- a) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- b) empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- c) imposto extraordinário, criado pela União em caso de guerra externa.
- d) imposto sobre a propriedade territorial rural.

11. A respeito das espécies tributárias, marque a alternativa correta:

- a) a contribuição de melhoria pode ser cobrada antes de realizada a obra, com base na valorização imobiliária que se espera obter.
- b) uma das características dos impostos é a sua vinculação a uma atividade estatal específica.
- c) a taxa pode ser cobrada ainda que não exista órgão administrativo com atribuição para exercer o poder de polícia, já que o fato gerador desse tributo ocorre com a simples colocação do serviço público à disposição do contribuinte.
- d) Admite-se a criação de contribuição social com fato gerador e base de cálculo idêntica à de impostos discriminados na Constituição Federal.

12. Fica configurada a denúncia espontânea, que afasta a responsabilidade por infração, quando, antes do início de qualquer ação fiscal:

- a) o contribuinte efetua o pagamento do tributo.
- b) o contribuinte declara o descumprimento da obrigação principal.
- c) o contribuinte deposita o valor arbitrado pelo fisco, caso o montante do tributo dependa de apuração.
- d) o contribuinte requer o parcelamento do tributo.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

13. Servidor público federal vinculado ao INSS recebe, em sua remuneração, valor correspondente a diárias, verba sobre a qual a autarquia efetua retenção de imposto sobre a renda. Nessa situação, é correto dizer que o servidor, caso pretenda discutir a validade da incidência tributária:

- a) deverá ajuizar a ação contra o INSS, responsável tributário.
- b) deverá ajuizar a ação contra a União, sujeito ativo da obrigação tributária.
- c) deverá ajuizar a ação incluindo no pólo passivo da demanda tanto o INSS, quanto a União, já que ambos são sujeitos ativos da obrigação tributária.
- d) poderá optar entre ajuizar a ação contra o INSS, responsável tributário, ou contra a União, sujeito ativo da obrigação tributária.

14. Segundo o Código Tributário Nacional, são modalidades de extinção e de exclusão do crédito tributário, respectivamente:

- a) a decisão judicial passada em julgado e a isenção.
- b) a moratória e a imunidade.
- c) o depósito integral e a anistia.
- d) o pagamento e a remissão.

15. Sobre prescrição e decadência no direito tributário, é INCORRETO dizer que:

- a) na data do vencimento, não havendo pagamento ou declaração do tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo decadencial inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- b) é inconstitucional a fixação, por lei ordinária, de prazos de decadência e de prescrição para a constituição e cobrança do crédito tributário relativo a contribuições sociais.
- c) reconhecido o débito pelo próprio contribuinte, mediante preenchimento de guia correspondente, afasta-se a decadência quanto ao valor declarado, mesmo que nenhum valor tenha sido pago, iniciando-se de imediato o prazo prescricional para a cobrança do tributo pelo fisco.
- d) a pretensão de repetição do indébito relativa a tributo sujeito a lançamento por homologação prescreve em cinco anos contados da data do pagamento indevido, caso este tenha ocorrido antes da vigência da Lei Complementar nº 118/2005.

16. A respeito da execução fiscal, é correto afirmar o seguinte:

- a) desde o advento da Lei Complementar nº 118/2005, a prescrição é interrompida pela citação do devedor na execução fiscal.
- b) existe conexão entre a ação ordinária proposta para discutir crédito tributário e a execução fiscal ajuizada para sua cobrança.
- c) admite-se discutir, no âmbito de exceção de pré-executividade oposta em execução fiscal, o redirecionamento da execução contra sócio-gerente cujo nome se encontra na CDA – certidão de dívida ativa.
- d) se o executado efetuar o depósito integral após o ajuizamento da execução fiscal, esta terá seguimento, embora o contribuinte possa oferecer embargos à execução.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

Direito Penal

17) O erro de proibição indireto:

- a) incide sobre uma norma penal não incriminadora permissiva justificante.
- b) somente se aplica aos chamados crimes materiais.
- c) se invencível, exclui dolo e culpa; se vencível, o agente poderá responder pela modalidade culposa, se existir.
- d) é causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

18) Em um navio público de bandeira brasileira ancorado em porto situado na Inglaterra, um brasileiro mata um argentino, sendo imediatamente preso no próprio navio. O fato não foi apurado pelas autoridades inglesas, nem tampouco houve processo ou julgamento em solo inglês. Diante disso, marque a alternativa correta segundo a legislação brasileira aplicável à espécie:

- a) uma vez que o fato fora praticado em território inglês e ali não fora apurado, retornando o agente ao Brasil, poderá ser processado e julgado por autoridade judiciária brasileira.
- b) descoberto posteriormente o fato por autoridades inglesas, caberá pedido de extradição ao governo brasileiro, mas tal pedido somente poderá ser deferido se o fato ainda não houver sido julgado no Brasil.
- c) trata-se de hipótese de aplicação do princípio da extraterritorialidade condicionada pelo critério da representação.
- d) não cabe processo e julgamento do fato por autoridades judiciárias inglesas.

19) Com a intenção de matar, TÍCIO joga sua esposa MARIA do barco em que estão, para vê-la morrer afogada. Contudo, antes da consumação e com a intenção de evitá-la, TÍCIO arremessa uma bóia para MARIA, que se salva ilesa. Diante desse fato, considere as duas afirmativas abaixo e marque a alternativa correta:

TÍCIO não deverá responder penalmente por tentativa de homicídio

PORQUE

Na desistência voluntária, responde o agente apenas pelos atos já praticados

- a) as duas afirmativas estão corretas e a segunda explica à primeira.
- b) as duas afirmativas estão corretas, mas a segunda não explica a primeira.
- c) apenas uma das afirmativas está correta.
- d) nenhuma das afirmativas está correta.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

20) TÍCIO encontra na rua uma folha em branco de cheque pertencente a um desconhecido. Falsificando a assinatura, faz vultosa compra em loja do comércio local. Diante disso, marque a alternativa correta:

- a) no caso, torna-se incabível em tese a figura do arrependimento posterior, mesmo que TÍCIO promova voluntariamente a indenização integral do prejuízo antes do recebimento da denúncia e com a plena aceitação da vítima.
- b) o crime de falso será absorvido pelo estelionato, consistindo o primeiro, portanto, em “antefactum” impunível segundo a aplicação do princípio da consunção. Se, em vez de um cheque falsificado, TÍCIO houvesse utilizado um cartão de crédito falso, deveria responder pelos dois delitos, não havendo absorção.
- c) de acordo com a jurisprudência do STF, se TÍCIO tivesse dolosamente utilizado um cheque próprio sem suficiente provisão de fundos (em vez de um cheque falsificado), o pagamento do cheque antes do recebimento da denúncia acarretaria a aplicação do instituto do arrependimento posterior.
- d) uma vez que ambos os delitos em questão configuram crime contra o patrimônio, sem violência ou grave ameaça à pessoa, será competente para seu processo e julgamento o juizado especial criminal da respectiva comarca e, na sua falta, a uma vara criminal da justiça estadual.

21) Trata-se de hipótese que configura concurso formal impróprio:

- a) conduzindo imprudentemente um veículo em alta velocidade, TÍCIO perde o controle e atropela cinco pessoas que estavam em um ponto de ônibus, matando-as.
- b) TÍCIO, matador de aluguel, fora contratado para matar CAIO. Postando-se em emboscada, TÍCIO atira contra CAIO, acertando-o no peito. O projétil, contudo, traspasa CAIO e atinge também MÉVIO e TÚLIO, que estavam por trás de CAIO no momento do disparo. Todos morrem.
- c) aproveitando-se de que o vigilante de pequeno shopping havia saído e de que todas as lojas estavam fechadas por ocasião de feriado nacional, TÍCIO, em sequência, invade e furta bens de diversas lojas.
- d) para economizar munição de seu fuzil, TÍCIO manda enfileirarem-se cinco pessoas que fora contratado para matar e, atirando no primeiro da fila, consegue seu intento, matando todas as cinco vítimas com um único projétil.

22) Em razão da aplicação do critério trifásico de fixação da pena (CP, art. 68) no crime de homicídio (CP, art. 121), é correto afirmar que deverá ser considerado(a) na terceira fase:

- a) a redução de pena operada pela configuração da tentativa.
- b) o aumento de pena decorrente do fato de o crime ter sido praticado em estado de embriaguez preordenada.
- c) o aumento de pena decorrente do fato de o crime ter sido praticado por motivo fútil.
- d) a redução da pena operada pela confissão espontânea do fato.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

23) Em matéria de suspensão condicional da pena e de livramento condicional, é correto afirmar:

- a) o condenado a uma pena privativa de liberdade de dois anos de detenção pode, em tese, ter acesso tanto à suspensão condicional da pena quanto ao livramento condicional.
- b) condenação anterior com trânsito em julgado a uma pena privativa de liberdade, restritiva de direito ou de multa, no prazo de cinco anos, impede o acesso à suspensão condicional da pena em processo posterior.
- c) a condenação pela prática de crime hediondo, de tortura, de terrorismo ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins impede a concessão do livramento condicional.
- d) tanto no caso da suspensão condicional da pena quanto no do livramento condicional, se o juiz do processo entender presentes os respectivos requisitos, deverá conceder o benefício na própria sentença penal condenatória.

24) Em matéria de prescrição, é correto afirmar:

- a) enquanto a prescrição da pretensão punitiva se regula pela pena em abstrato, a prescrição da pretensão executória se regula pela pena em concreto.
- b) havendo condenação transitada em julgado por dois ou mais crimes praticados em concurso material, as penas dos delitos são somadas para fins de cálculo do prazo da prescrição da pretensão executória.
- c) tanto a publicação da sentença condenatória recorrível proferida pelo juiz federal, quanto a publicação do acórdão condenatório recorrível proferido pelo Tribunal Regional Federal são causas interruptivas da prescrição.
- d) são reduzidos de metade os prazos prescricionais se, na data do fato, o agente contava com menos de 21 (vinte e um) anos ou com mais de 70 (setenta) anos de idade.

25) Assinale a alternativa correta:

- a) a prática de determinado ato de ofício em manifesto desacordo com expressa disposição de lei, se feita dolosamente pelo servidor público, configura o crime de prevaricação.
- b) um agente fiscal solicita dinheiro para deixar de lavrar auto de infração contra determinado empresário. Nessa situação, responde o agente fiscal pelo crime de corrupção passiva e o empresário pelo crime de corrupção ativa.
- c) a extinção da punibilidade operada pela reparação do dano antes da sentença penal condenatória irreccorível aplica-se ao peculato culposo, mas não ao peculato doloso nem ao peculato mediante erro de outrem.
- d) aproveitando-se das facilidades que lhe confere a condição de servidor público, TÍCIO subtrai de seu local de trabalho diversos equipamentos, contando com a consciente e voluntária cooperação de CAIO, simples particular. Nesse caso, responderá TÍCIO pelo crime de peculato e CAIO pelo crime de furto.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

26) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a apuração dos crimes de responsabilidade de prefeitos municipais, de acordo com o Decreto-Lei n. 201/67, depende do pronunciamento prévio da respectiva Câmara de Vereadores.
- b) entre as penas restritivas de direitos previstas na lei dos crimes ambientais (Lei n. 9605/98) está o recolhimento domiciliar.
- c) o crime de porte ilegal de arma de fogo (Lei n. 10826/2003, art. 14) é inafiançável, ressalvada a hipótese de a arma de fogo ser registrada em nome do agente.
- d) de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9503/97), ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro à vítima do evento.

Direito Processual Penal

27) Um candidato a prefeito de determinado município do interior paraibano mata o juiz eleitoral da respectiva Zona Eleitoral para evitar que ele venha a atuar contra seus interesses eleitorais. A competência para o processo e julgamento do fato caberá:

- a) ao Tribunal de Justiça da Paraíba.
- b) ao tribunal do júri da respectiva comarca, presidido por um juiz da justiça estadual da Paraíba.
- c) ao tribunal do júri da respectiva Seção Judiciária, presidido por um juiz da justiça federal da Paraíba.
- d) ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

28) Em matéria de juizados especiais criminais, é correto afirmar:

- a) a aplicação do princípio da oralidade aos juizados especiais criminais no âmbito da justiça federal não torna prescindível a apresentação de denúncia por escrito pelo Ministério Público Federal.
- b) compete aos juizados especiais criminais da justiça estadual o processo e julgamento das contravenções penais praticadas em detrimento de bens e interesse de autarquia federal.
- c) não havendo na Seção Judiciária uma vara específica de juizado especial criminal federal, competirá a um juiz federal de vara com competência criminal o processo e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo. Nesse caso, o recurso da sentença competirá ao Tribunal Regional Federal respectivo.
- d) a composição civil sobre a reparação do dano causado em razão da prática de crime da competência dos juizados especiais criminais federais, realizada na audiência preliminar entre o autor do fato e a vítima, opera a extinção da punibilidade.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

29) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas nas seguintes hipóteses, EXCETO se:

- a) a prova do fato puder ser feita por outros meios disponíveis.
- b) o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- c) não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal.
- d) a pessoa do investigado for detentora de prerrogativa de função prevista na Constituição Federal.

30) NÃO cabe a absolvição sumária do acusado na hipótese em que o juiz constata, após a apresentação da defesa:

- a) que, incontestavelmente, o réu era penalmente inimputável no momento da prática do fato.
- b) que, incontestavelmente, o fato fora praticado em estado de necessidade real agressivo.
- c) que, incontestavelmente, o fato fora praticado em erro de proibição invencível.
- d) que, incontestavelmente, a pretensão punitiva está extinta em razão do transcurso do prazo prescricional.

31) Em matéria de provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) se o reconhecimento de pessoa se fizer no curso da instrução processual penal ou em plenário de julgamento pelo tribunal do júri, o réu será colocado ao lado de outras pessoas que com ele apresentem semelhanças, cuidando a autoridade judiciária para que a pessoa que fará o reconhecimento não seja vista pelo acusado.
- b) os doentes e deficientes mentais, as pessoas menores de 14 (quatorze) anos, bem como os ascendentes e descendentes do réu não são proibidos de depor em juízo no processo penal.
- c) ao contrário do que dispõe a lei em relação às testemunhas, o ofendido que, intimado para depor, não comparece à presença da autoridade judiciária, não poderá ser conduzido coercitivamente.
- d) a confissão do réu, proferida em juízo e tomada por termo na audiência de seu interrogatório judicial, é indivisível e irretroatável.

32) Trata-se de prisão provisória que independe de prévia decisão judicial:

- a) prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.
- b) prisão preventiva.
- c) prisão temporária.
- d) prisão em flagrante delito.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

Direito Constitucional

33.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) no atual sistema de composição dos tribunais, segundo a CF/88, um quinto dos membros dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça deverá ser composto por membros do ministério público e da advocacia.
- b) os membros da advocacia pública não podem integrar os tribunais através da chamada regra do “quinto constitucional”.
- c) somente o Supremo Tribunal Federal não está submetido à regra do “quinto constitucional”.
- d) todas as alternativas anteriores são falsas.

34.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) os servidores públicos não têm o chamado “direito de greve”.
- b) os servidores públicos não têm direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- c) os servidores públicos não têm o direito de livre associação sindical.
- d) os servidores públicos de carreira não se submetem ao chamado “estágio probatório”.

35.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático, mas não em um Estado Democrático de Direito.
- b) um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana.
- c) a livre iniciativa, como diz respeito a um modelo econômico capitalista, não se constitui em um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) a livre iniciativa não se constitui em um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, porque a CF/88 consagrou a função social da propriedade privada.

36.- Assinale a alternativa falsa:

- a) ressalvadas as exceções previstas em lei, não haverá tribunal ou juízo de exceção.
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- d) é garantido o direito de propriedade, mas esta deverá atender ao princípio da função social, nos termos da CF/88 e da legislação infraconstitucional.

37 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) os direitos fundamentais são somente aqueles previstos no art. 5.º da CF/88.
- b) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5.º da CF/88 têm aplicação imediata, ressalvados os casos em que é necessária a edição de uma norma complementar.
- c) os tratados em matéria de direitos humanos equivalem, desde a sua adesão pelo Brasil, a uma Emenda Constitucional.
- d) todas as alternativas acima estão erradas.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

38.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a CF/88 não admite a contratação temporária de agentes públicos.
- b) os trabalhadores domésticos têm todos os direitos assegurados pela CF/88 aos trabalhadores comuns.
- c) não somente o alistamento eleitoral, mas também o voto é facultativo para os maiores de 70 anos.
- d) a certidão de óbito é expedida por órgão público da administração direta estatal e é gratuita para os pobres, na forma da lei.

39.- Assinale a alternativa falsa:

- a) o Ministério Público é uma instituição que exerce função essencial à justiça.
- b) a Advocacia Pública é uma instituição que exerce função essencial à justiça.
- c) a Procuradoria Federal pertence à Advocacia Pública, não ao Ministério Público Federal.
- d) a Defensoria Pública da União pertence à Advocacia Geral da União.

Direito Processual Civil

40.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a capacidade de ser parte confunde-se com a capacidade processual.
- b) todo bacharel em direito possui capacidade postulatória.
- c) a capacidade processual confunde-se com a capacidade de estar em juízo.
- d) todas as alternativas são falsas.

41.- Assinale a alternativa falsa:

- a) a denunciação da lide pelo réu deve ser feita no prazo para a defesa.
- b) o nomeado à autoria nunca poderá recusar a nomeação.
- c) o denunciado da lide que assume sua posição processual é considerado como litisconsorte.
- d) o assistente simples não pode impedir o assistido de desistir da ação.

42.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a competência dos Juizados Especiais Estaduais, em razão do valor da causa, é absoluta.
- b) a competência dos Juizados Especiais Federais, em razão do valor da causa, é absoluta.
- c) a competência em razão do valor da causa é absoluta em qualquer caso.
- d) a competência em razão do valor da causa é relativa em qualquer caso.

43.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a causa de pedir remota é relativa aos fatos componentes da lide.
- b) se, na petição inicial, a parte autora não protestar por todos os meios de prova admitidos em direito, ela não poderá mais requerer a produção de provas.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

- c) no processo civil, os documentos podem ser livremente apresentados após o fim da fase postulatória.
- d) no processo civil, o valor da causa deve ser dado apenas para fins meramente fiscais.

44.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a nova lei do mandado de segurança passou a admitir a chamada “dilação probatória”.
- b) a nova lei do mandado de segurança não admite mais a figura da autoridade coatora.
- c) a execução fiscal processa-se de acordo com rito próprio, previsto pelo CPC.
- d) no rito da execução fiscal, o prazo para o devedor pagar a dívida, após a citação, é de 05 dias.

45.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) a Lei n.º 9.494/97 proíbe a concessão de medida liminar antecipatória que implique aumento na remuneração de servidor público.
- b) uma medida liminar é sempre uma medida de natureza cautelar.
- c) uma medida liminar é sempre uma medida antecipatória dos efeitos da tutela.
- d) a contestação, no rito ordinário, em qualquer caso, pode ser feita por negativa geral.

Direito Previdenciário

46.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) os servidores públicos federais estatutários são segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91.
- b) o servidor público municipal, quando o município possua regime próprio de previdência social, é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91.
- c) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91.
- d) todas as alternativas anteriores são falsas.

47.- Assinale a alternativa falsa:

- a) são benefícios prestados no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91: aposentadoria por idade e auxílio reclusão.
- b) são benefícios prestados no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91: auxílio reclusão e auxílio funeral.
- c) são benefícios prestados no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91: salário-maternidade e salário-família.
- d) são benefícios prestados no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, estabelecido na Lei n.º 8.213/91: aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2009

48.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o amparo assistencial é um benefício previdenciário.
- b) o amparo assistencial somente é devido àqueles que têm a qualidade de segurado.
- c) para os efeitos da Lei n.º 8.742/93, considera-se incapaz de prover a manutenção, da pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.
- d) todas as alternativas acima estão incorretas.

49.- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) o trabalhador rural, que exerce sua atividade em regime de economia familiar, tem direito à aposentadoria por idade, independentemente do pagamento de contribuição previdenciária.
- b) o trabalhador rural, que labora como empregado de empresa agrícola, não é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social.
- c) a Lei n.º 8.213/91 considera economia familiar aquela que é desenvolvida pelos membros de uma mesma família, auxiliados por até, no máximo, dois empregados permanentes com carteira assinada.
- d) a aposentadoria por idade do trabalhador rural independe de carência.

50.- Assinale a alternativa correta:

- a) o(a) cônjuge é considerado dependente do segurado do RGPS, mas o(a) companheiro(a) não.
- b) a Lei n.º 8.213/91 trata, expressamente, da situação de segurados que possuem família fundada em união homo afetiva.
- c) o irmão do segurado, desde que ao mesmo tempo inválido e menor de 21 anos, também é considerado dependente dele.
- d) a dependência econômica do cônjuge ou companheiro em relação ao segurado é presumida, mas a do pai ou da mãe dele tem que ser provada.